

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS DE SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM LINGUAGENS E CÓDIGOS - LÍNGUA PORTUGUESA

JAELSON SILVA MENDES

**COERÊNCIA TEXTUAL E INTERTEXTUALIDADE NA PRODUÇÃO ESCRITA DE
ALUNOS AO TÉRMINO DO ENSINO MÉDIO**

São Bernardo

2018

JAELSON SILVA MENDES

**COERÊNCIA TEXTUAL E INTERTEXTUALIDADE NA PRODUÇÃO ESCRITA
DE ALUNOS AO TÉRMINO DO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Federal do Maranhão - UFMA,
como requisito parcial para obtenção de grau em
Licenciatura em Linguagens e Códigos –
Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Kátia Cilene Ferreira
França

São Bernardo

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Mendes, Jaelson Silva.

Coerência e textualidade na produção escrita de alunos
ao término do Ensino Médio / Jaelson Silva Mendes. - 2019.
45 f.

Orientador(a): Katia Cilene Ferreira França.

Monografia (Graduação) - Curso de Linguagens e Códigos
- Língua Portuguesa, Universidade Federal do Maranhão, São
Bernardo, 2019.

1. Coerência. 2. Ensino. 3. Intertextualidade. 4.
Linguística Aplicada. 5. Textualidade. I. França, Katia
Cilene Ferreira. II. Título.

JAEALSON SILVA MENDES

**COERÊNCIA TEXTUAL E INTERTEXTUALIDADE NA PRODUÇÃO ESCRITA
DE ALUNOS AO TÉRMINO DO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Universidade Federal do Maranhão - UFMA,
como requisito parcial para obtenção de grau em
Licenciatura em Linguagens e Códigos-Língua
Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kátia Cilene Ferreira
França

Aprovado em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Katia Cilene Ferreira França (Orientadora)
Doutora em Estudos da Linguagem
Universidade Federal do Maranhão – Campus São Bernardo

Prof. Me. Rayron Lennon Costa Sousa
Mestre em Letras – Teoria Literária
Universidade Federal do Maranhão – Campus São Bernardo

Prof.^a Dra. Rachel Tavares de Moraes
Doutora em Educação
Universidade Federal do Maranhão – Campus São Bernardo

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sobretudo, a Deus pelo dom da vida – sem Ele nada poderia ser feito.

A meus pais, José Costa Mendes e Rosamires da Silva e à minha esposa Vanessa Escórcio Mendes, pelo apoio nos momentos de dificuldades, aflição e desânimo, que só me fizeram crescer. Pelo exemplo de retidão e justiça. Vocês são, antes de tudo, minhas inspirações de caráter.

Aos meus irmãos por todos os momentos de risadas, incentivos e de animosidade a mim dispensados. A toda minha família pelo suporte emocional, pelo incentivo e pela compreensão nos momentos de ausência.

À Universidade Federal do Maranhão – UFMA, pela oportunidade da realização desta graduação.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Kátia Cilene França por incentivo, atenção, confiança e compreensão a mim dispensados, essenciais para a execução deste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

A todos os professores do Curso de Licenciatura Linguagens e Códigos, por terem contribuído de forma substancial para minha formação.

À Coordenação do Curso na pessoa do Prof. Me. Bergson Pereira Utta pela compreensão e apoio. Aos meus colegas de graduação, pelos conselhos, apoio e momentos de descontração, mesmo nos momentos difíceis.

Aos alunos do Centro de ensino Fundamental e Médio Deborah Correia Lima, por permitirem a utilização de suas redações e propiciar uma magnífica experiência, não somente de ensino, mas também de aprendizado. Enfim, àqueles que de forma indireta cooperaram para a conclusão desta etapa em minha vida.

A todos, reafirmo meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este trabalho analisa as produções escritas dos concluintes do Ensino Médio, considerando os fatores de textualidade, com foco na coerência e intertextualidade. Foram analisados os textos dissertativo-argumentativos de alunos de uma escola pública, localizada em São Bernardo - MA. Baseado em pressupostos teóricos da vertente da Linguística Aplicada, o presente trabalho busca investigar os fatores de textualidade em produções textuais de alunos no âmbito escolar, em particular o fenômeno da intertextualidade, o qual está intimamente ligado à ideia de coerência textual. Tal fenômeno, por vez só se torna possível devido ao estabelecimento de retomadas de outros textos citados diretamente ou não, marcados na escrita ou implícitos. Para tanto o fundamentamo-nos em autores como Silva (2017), Koch e Travaglia (1997, 2015) no sentido de entender como os estudantes do ensino médio mostram o jogo da intertextualidade em suas produções escritas.

Palavras chaves: Textualidade. Coerência. Intertextualidade. Linguística Aplicada. Ensino.

ABSTRACT

This work analyzes the written productions of high school graduates, considering the factors of textuality, with a focus on coherence and intertextuality. We analyzed the essay-argumentative texts of students of a public school, located in São Bernardo - MA. Based on theoretical assumptions of the Applied Linguistics aspect, the present work seeks to investigate the textuality factors in textual productions of students in the school context, in particular the phenomenon of intertextuality, which is closely linked to the idea of textual coherence. This phenomenon is only possible due to the establishment of retakes of other texts quoted directly or not, marked in writing or implied. To that end, we are based on authors such as Silva (2017), Koch and Travaglia (1997, 2015) in order to understand how high school students show the intertextuality game in their written productions.

Keywords: Textuality. Coherence. Intertextuality. Applied Linguistics. Teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Quadro 1: Fatores de textualidade | 14 |
| Figura 1: Texto de apoio com estatísticas a respeito do trabalho infantil no Brasil..... | 26 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 9 |
| 2. TEXTUALIDADE E PRODUÇÃO DE SENTIDO..... | 12 |
| 2.1. Textualidade nos textos dissertativos-argumentativos..... | 12 |
| 2.2 Fatores de Textualidade | 14 |
| 2.3 Coesão e coerência na produção textual..... | 16 |
| 3. INTERTEXTUALIDADE NA PRODUÇÃO ESCRITA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO..... | 18 |
| 3.1 Intertextualidade: a relação dos vários textos que o aluno carrega..... | 18 |
| 3.2 Intertextualidade no Ensino de Língua Portuguesa | 20 |
| 3.3 Intertextualidade em Texto Dissertativo no ENEM | 22 |
| 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 25 |
| 5. ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO | 29 |
| 5.1 Intertextualidade a partir da seleção lexical..... | 29 |
| 5.2 Intertextualidade com dados imediatos | 31 |
| 5.3 Intertextualidade pela réplica e paráfrase | 34 |
| 6 CONCLUSÃO | 40 |
| REFERÊNCIAS | 42 |
| ANEXO..... | 44 |
| ANEXO A -Proposta da redação do ENEM do ano de 2005, imagem extraída da prova amarela..... | 45 |

1 INTRODUÇÃO

Para se adquirir habilidade na produção textual, procura-se o ponto de equilíbrio entre: o conhecimento prévio sobre o assunto abordado, o desempenho argumentativo da temática discutida, baseado em fundamentos teóricos e os elementos linguísticos que agreguem regularidade à escrita, atribuindo-lhe textualidade.

Produzir um texto bem escrito, que tenha sentido e contribua para o letramento do receptor-leitor não é tarefa fácil, quando isso acontece, concebe-se que o autor é dotado de conhecimento linguístico próprio e apropriado, utilizado durante o processo da escrita, evidenciando assim seu desempenho.

Ao debruçarmos sobre o ensino-aprendizado da língua portuguesa no âmbito escolar, deparamos com alunos que possuem vastos conhecimentos acerca de variados assuntos adquiridos durante seu convívio social. Segundo Bagno & Rangel (2005), tais conhecimentos advêm de uma cultura de linguagem característica do seu meio social - entretanto, nem sempre os alunos conseguem concatená-los e estabelecer coerência entre os saberes que eles carregam e aqueles que devem ser demonstrados na escrita de textos argumentativos, os quais exigem ordem e articulação de pensamentos para desenvolvimento e progressão da temática.

Agrega-se a este problema, o desconhecimento e/ou desconsideração do diálogo entre as partes do texto como um todo, que por sua vez requer o emprego de elementos linguísticos para que o texto seja bem estruturado e cumpra com seu propósito comunicativo (SILVA, 2017). No caso do texto dissertativo-argumentativo- persuadir o leitor a cerca do tema desenvolvido.

Nesta perspectiva, a cultura de linguagem adquirida do convívio social deve passar por um processo de regularização progressivo, adquirido no âmbito escolar, para que ocorra a apropriação de conhecimentos linguísticos, uma vez que por si mesmos, os alunos, não conseguem estabelecer textualidade quando desenvolvem um texto argumentativo.

Beaugrande e Dressier (1981) definem a textualidade como um conjunto de características que transformam uma composição de palavras em um texto e não somente em uma sequência de frases. A coerência é o que faz um texto ser lógico, portanto é resultado de uma configuração, onde se assume os conceitos e relações subjacentes à superfície textual. A coerência não se apresenta pronta no texto, a sua construção e entendimento deve ser construída pelos interlocutores, ou seja, a capacidade de entendimento do texto depende de conhecimentos e inferências por parte do receptor. Tal ação, segundo os referidos autores,

depende das características extralinguísticas. Um texto pode ser considerado coeso quando apresenta uma configuração conceitual compatível com o conhecimento do público receptor.

A premissa básica da intertextualidade consiste em dois textos conversarem entre si. Durante o processo cognitivo de produção e recepção de um texto há recorrência ao conhecimento prévio de outros textos, através de referências explícitas ou não feitas durante o texto. Portanto, todo o conhecimento prévio do autor ou do receptor está presente sob a forma de intertextualidade.

Este trabalho aborda questões relacionadas à produção de texto, por alunos concluintes do Ensino Médio de uma escola pública no município de São Bernardo do Maranhão e tem como objetivo geral analisar como alunos do ensino médio realizam o jogo da intertextualidade na escrita de textos dissertativo-argumentativos, considerando os efeitos de sentido gerados a partir desse jogo.

Como objetivos específicos, pretende-se: verificar os textos que os alunos retomam na escrita de seus textos dissertativo-argumentativos; levantar os recursos linguísticos utilizados por eles, nos textos, a fim de tornar as produções coerentes e coesas; apontar os efeitos de sentido dos textos retomados e dos recursos linguísticos utilizados.

A proposta dessa pesquisa de investigar e analisar a produção textual, considerando os aspectos linguísticos, no contexto do 3º ano do ensino médio, partiu da observação das aulas de estágio, enveredou pela construção de textos dissertativo-argumentativos pelo público alvo da pesquisa e derivou em análise documental, considerando como elemento norteador da proposta de trabalho a “coerência e a intertextualidade”, na produção textual dos alunos.

O mesmo foi elaborado a partir de uma pesquisa empírica que visa refletir sobre as diversas maneiras de como a intertextualidade é trazida e inserida dentro da escrita normativa por alunos do ensino médio e particularmente a forma como articulam (jogo) a intertextualidade no texto que produzem. Esta elucidação baseia-se na importância de metodologias para um ensino de língua materna, através das produções textuais dos alunos, dentro do parâmetro da linguística aplicada e voltada para a *práxis* pedagógica, ao agregar análises de textos produzidos por alunos do Ensino Médio.

O trabalho procura trazer novas perspectivas como contribuição para a comunidade acadêmica do curso de letras e outras áreas afins, através de uma visão acerca da textualidade, e até mesmo servir como embasamento e possível consulta para professores que atuam no ensino da língua. Para tanto, esse trabalho apresenta-se basicamente em três capítulos articulados.

No primeiro, *textualidade e produção de sentido*, apresentam-se concepções teóricas acerca da textualidade e seus fatores na produção de sentido nos textos. No segundo enfatiza-se a intertextualidade na produção escrita de alunos do ensino médio - fator indispensável para o desenvolvimento de uma temática livre sem apropriação de ideias ou pontos de vistas de outrem. O terceiro capítulo aborda a influência dos conhecimentos prévios na construção do texto argumentativo e explora modo como os alunos dialogam com os textos motivadores da proposta de redação do Enem. E, finalmente, nas considerações finais, apresenta-se uma reflexão a partir dos resultados obtidos.

2 TEXTUALIDADE E PRODUÇÃO DE SENTIDO

Esse capítulo tem a finalidade de apresentar o sentido de textualidade a partir dos estudos da Linguística Textual. Essa apresentação envolve a discussão sobre os fatores que estabelecem a textualidade e que orientam a análise dos textos dos alunos que nos propomos fazer considerando especialmente a intertextualidade.

2.1 Textualidade nos textos dissertativos-argumentativos

Inicialmente pode-se considerar que um texto não pode ser construído com frases soltas, sem sentido, sem coerência. E essa prerrogativa é válida também para todo segmento textual, uma vez que a alteração da sequência de suas partes pode alterar profundamente seu sentido. Por isso, para que um texto expresse unidade de sentido, é imprescindível possuir *textualidade*, ou seja, apresentar conexões gramaticais e articulação de ideias, atribuindo ao texto, coerência.

De acordo com Koch (2012, p. 11), a Linguística Textual, investiga o texto como “unidade básica de manifestação da linguagem”, abandonando o estudo centrado nas palavras ou frases isoladas e levando em consideração que é por meio dos textos que o homem se comunica, elucidando que vários fenômenos linguísticos só são compreendidos em uma análise realizada no interior do texto. Para que o texto tenha sentido e legitimidade o mesmo deve estar inserido em um contexto de situação comunicativa. Portanto:

[...] um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação linguística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido (KOCH, 2000, p. 25).

Desta forma, o texto em si não tem sentido, entretanto, o sentido é construído a partir da interação com o texto. Nessa perspectiva, Val (1999), pontua que a textualidade são as características que tornam o texto um texto, ou seja, uma ação comunicativa - uma sequência linguística, que é reconhecida como um texto no instante em que o receptor a entende como um todo pleno de significado.

Para Beaugrande (1997) o texto é voltado para a ação de comunicação, envolvendo processos linguísticos, cognitivos e sociais. Para a efetivação da comunicação através do texto é necessário o bom funcionamento dos mecanismos da textualidade, não se

restringindo somente a isso, mas também a adequação entre o texto e os elementos que o cingem: emissor, receptor e situação. Para o autor, "um texto não existe como texto, a menos que outrem o receba e o processe como tal". Ou seja, ele tem que ter significado tanto para quem o escreve quanto para quem o lê, igualmente, cada texto pode ter diversas interpretações por ser textualizado de maneiras diferentes por leitores diferentes.

Assim, de maneira geral compreende-se por textualidade, um princípio, que faz parte do conhecimento que os usuários da língua têm sobre texto e que os impulsiona a aplicar elementos capazes de “textualizar” tudo que leem, ouvem, falam e principalmente, escrevem. Pode-se afirmar, portanto que a textualidade não está nos textos, ela é um componente do saber linguístico das pessoas. (MARTINS; PINTO, 2017).

Nesta perspectiva, estudos foram realizados para entender de que forma um texto se apresenta, ou seja, quais elementos linguísticos, participantes do corpo textual são responsáveis pelo estabelecimento da textualidade.

Para Silva (2017, p. 61):

Os fatores de textualidade são os elementos responsáveis por fazerem com que um texto seja um todo dotado de unidade semântica, cognitiva e formal. São esses elementos que atribuem sentido aos enunciados presentes na manifestação escrita, estabelecem sequência e progressão das ideias apresentadas no texto e contribuem para que a mensagem pretendida pelo autor seja aquela percebida pelo receptor. Tais fatores são coerência a coesão, a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade e a intertextualidade.

Na busca da inserção da textualidade na produção escrita, todos esses fatores, citados pelo referido autor, possuem sua parcela de contribuição, entretanto, o uso deste ou aquele fator depende exclusivamente do objetivo final, ou seja, do motivo real que tenha impulsionado sua construção. Todavia, alguns fatores tornaram-se alvos de questionamentos quanto a sua importância fundamental no desenvolvimento de um texto considerado bem elaborado.

Um texto bem estruturado deve promover uma interação, um perfeito entendimento entre o produtor-escritor e o leitor, atendendo às expectativas dos interlocutores no processo de leitura. Nesse sentido, o texto deve constituir uma unidade semântica de modo que o receptor possa percebê-lo como tal. Aborda-se aqui o conceito de texto, como diz Silva (2017), voltado para a situação concreta de comunicação, deixando de lado aquela prática escolar na qual é solicitada uma produção do aluno sem que sejam explorados os elementos que norteiam a produção, nos quais se inclui os fatores de textualidade.

2.2 Fatores de Textualidade

Os fatores de textualidade são os elementos responsáveis por fazerem com que um texto seja um todo dotado de unidade semântica, cognitiva e formal. Nesse sentido vale destacar que são esses elementos que atribuem sentido aos enunciados presentes na manifestação escrita, que atuam para progressão das ideias apresentadas no texto e que contribuem para que a mensagem pretendida pelo autor seja aquela percebida pelo receptor-leitor. Beaugrande e Dressler (1981) elegeram sete fatores, que quando utilizados de forma perspicaz, contribuem para que se garanta textualidade. São eles: intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade, a intertextualidade, a coerência e a coesão. Os fatores estão devidamente apresentados na tabela 1.

Quadro 1: Fatores de textualidade.

| Fatores linguísticos | Fatores extralinguísticos |
|----------------------|---------------------------|
| Coesão | Intencionalidade |
| Coerência | Aceitabilidade |
| Intertextualidade | Informatividade |
| | Situacionalidade |

Fonte: Autoria pessoal (2019).

Coerência – Para Koch & Travaglia (1997, p. 11), nenhum dos conceitos encontrados na literatura é capaz de conter em si todos os aspectos considerados como definidores da coerência. A coerência, para esses autores, refere-se ao todo do texto, uma vez que este constitui uma unidade de comunicação e não a frases isoladas e/ou retiradas de dentro do texto. Portanto, sendo o texto considerado na sua totalidade, a coerência é algo que se estabelece no ato comunicativo, considerando-se o contexto em que se dá a interação verbal: os interlocutores, o conteúdo da mensagem, a relação com outros textos, as intenções etc. A coerência é necessária para que o texto possa ser percebido como um todo dotado de sentido por seu leitor/ouvinte e engloba todos os elementos que, de alguma forma, influenciam na construção dos sentidos do texto – elementos da interlocução.

Segundo Simon (2008) a coerência é o aspecto que assumem os conceitos e relações subtextuais, em um nível ideativo. Sendo ela responsável pelo sentido que o texto passa para o receptor, envolvendo fatores lógico-semânticos e cognitivos, visto que a capacidade de interpretação do texto deve-se a outros fatores, como a “bagagem cultural” do

receptor, portanto, observa-se que a existência da coerência em um texto se deve muito à fatores extralinguísticos, uma vez que um texto não existe em si mesmo, mas é construído a partir da relação emissor-receptor-mundo.

Coesão – É a relação entre um elemento do texto com algum outro elemento necessário para sua correta interpretação. Cada ocorrência dessa relação denomina-se “elo coesivo”. É importante ressaltar que a presença de elos coesivos não é necessária nem suficiente para o estabelecimento da coerência, isto é, podemos ter textos coerentes com ou sem coesão bem como textos coesos, mas sem coerência. A coesão provém das maneiras como as relações semânticas são evidenciadas na tessitura textual e é verificada mediante a análise dos seus mecanismos lexicais e gramaticais.

Intertextualidade – Configura a relação entre o discurso do autor e o conhecimento prévio do receptor onde as ligações de sentido dependem e só se efetivam perante o encadeamento de informações anteriormente fornecidas. Contextualizando, o escritor por meio de argumentos deve tecer sua ideia central trazendo à tona uma relação de seus argumentos com outros textos, quer balizando ou não seu posicionamento. Entre um texto e outro o autor procura respaldar-se no desenvolvimento de seu próprio texto, enriquecendo-o com argumentos próprios e de igual teor, ou contrário a ideias expressas em outros textos com a mesma temática. Mantendo de qualquer maneira, um determinado relacionamento com textos já produzidos anteriormente. A intertextualidade pode ser de forma ou de conteúdo (Koch; Travaglia, 2004).

Intencionalidade – A intencionalidade motiva e define a produção textual baseado no objetivo do emissor e suas necessidades comunicativas, de maneira a produzir o texto compatível com as expectativas tanto do emissor, quanto do receptor. Em suma, o texto produzido deverá conter as intenções comunicativas de quem o produz.

Aceitabilidade – A produção do texto deve, também, atender à expectativa do leitor, do outro lado do processo comunicativo, que espera uma manifestação linguística de acordo com o esperado, que seria de um texto coerente, coeso, útil e relevante.

Informatividade – Para Simon (2008) o texto deverá ser compatível com a expectativa do receptor na leitura de um texto coerente, coeso, útil e relevante. De acordo com Koch & Travaglia (1997), um texto informativo, que insurja letramento no receptor-leitor, não deve ser recheado, em sua totalidade, de informações novas e nem de informações previsíveis ou obsoletas. Um texto com linguagem demasiadamente rebuscada ou termos técnicos difíceis, leva o leitor a perder o motivo para lê-lo. Deve-se, entretanto, articular as ideias novas de maneira que o leitor possa utilizar estas informações para calcular o sentido

destas e estabeleça a coerência textual, com vista ao letramento, sempre. Segundo Simon (2008) o ideal é que o texto se mantenha em um nível mediano de informatividade, que fale de informações que tragam novidades, mas que venham ligadas a dados conhecidos.

Situcionalidade – este fator infere diretamente no contexto situacional de tempo e época, retratado também através do estilo da escola literária em questão.

Para Koch (1997, p. 67):

A coerência se estabelece pelo nível de inserção do texto numa situação de comunicação, isto é, um texto representativo do Barroco brasileiro, para se estabelecer a sua coerência, deve-se situá-lo dentro do contexto daquela escola literária sob pena de não se conseguir recuperar a coerência dos enunciados.

Ou seja, a o estilo e uso dos elementos considerados pelo texto no momento concreto de sua produção, interagem um com o outro contribuindo para a formação do todo, caracterizando-o tanto de palavras, recursos de época, retratando a situação onde o ato comunicativo se dá quanto de argumentos baseados em outros textos escritos na mesma situacionalidade. Estes elementos são absorvidos durante a vivência escolar de um indivíduo, possibilitando-o adquirir e ampliar seus conhecimentos sobre a produção de sentido nos textos construídos, assim como o estabelecimento da correlação com outros textos já produzidos. Nas produções escritas dos alunos, os fatores de textualidade são elementos importantes a serem analisados. A coerência e a intertextualidade são os fatores que serão analisados dentro das produções escritas dos alunos, e possuem papel importante na compreensão do sentido global de um texto.

2.3 Coesão e coerência na produção textual

Para um texto ter unidade de sentido, para ser um todo coerente, é necessário que durante o processo de sua produção, apresente textualidade, isto é, que apresente conexões gramaticais de coesão, conexões gramaticais existentes entre palavras, orações, frases, parágrafos e partes maiores de um texto. Já coerência é a estruturação lógico-semântica de um texto, isto é, a articulação de ideias que faz com que numa situação discursiva palavras e frases componham um todo significativo para os interlocutores. Dessa forma, a coesão possibilita a ligação dos elementos que constituem o texto e gera uma interdependência interna organizada. Ela se realiza na conexão de vários enunciados a partir das relações de sentido que existem chamados de conectivos.

Para Koch (1997, p. 21),

[...] a coerência textual é o resultado de um processo de construção do sentido feito pelos interlocutores, numa situação de interação. Ela permite que uma sequência linguística constitua-se em um texto. Pois estabelece relações entre os seus elementos (palavras, expressões, frases, parágrafos, capítulos).

Dessa maneira a coerência constitui a textualidade, ou seja, fazendo de uma sequência linguística um texto e não um amontoado aleatório de frases ou palavras, conforme referida autora. A coerência e a coesão textual estão intimamente relacionadas. Há textos que podem ser coerentes sem possuir elementos implícitos de coesão e outros que apresentam uma sequência de enunciados coesos, mas não constituem textos, pois faltam-lhes coerência.

De acordo com Koch e Travaglia (2015, p. 21), a coerência:

[...] está diretamente ligada à possibilidade de estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto.

Este sentido, evidentemente, deve ser do todo, pois a coerência é global - uma vez que só se aplica ao todo do texto e não às suas partes separadamente (KOCH; TRAVAGLIA, 2015; SILVA, 2017). Para que as partes do texto tenham uma relação bem articulada, que culmine para o entendimento textual de uma forma completa, o escritor-autor deve usar meios que conectem, de maneira consciente, cada segmento textual durante o desenvolvimento da temática, imprimindo-lhes coesão.

Koch & Travaglia (2015, p. 51), afirmam que embora a coesão figure apenas como um dos fatores de coerência, o mau uso dos elementos linguísticos de coesão resulta em incoerências textuais, comprometendo o corpo textual como um todo. No meio educacional, apontam os autores, é frequente a existência de textos que não têm coesão entre seus segmentos, não estabelecendo, entretanto, uma unidade de sentido. Em contrapartida, há muitas sequências linguísticas com pouco ou nenhum elemento coesivo, mas que constituem um texto porque se apresentam coerentes e expressam textualidade.

Torna-se relevante coibir incoerências visando sempre o estabelecimento da unidade de sentido, usando regras de coerência que regulam a disposição das sequências do texto (ANTUNES, 2005). Não obstante, fatores de diversas ordens linguísticas, discursivos, cognitivos, culturais e interacionais devem ser considerados para que o estabelecimento da coerência se concretize.

3 INTERTEXTUALIDADE NA PRODUÇÃO ESCRITA DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO

A intertextualidade não é um mero retomar de textos que circulam, ela representa os diálogos que o aluno estabelece, o que ele lê, como lê e como diz sobre o que leu, ouviu, viveu. Nesse capítulo, desenvolve-se a discussão sobre a intertextualidade e sua relação com a coerência, com os conhecimentos prévios que os estudantes carregam e que deixam impressos na escrita que acontece no âmbito escolar, particularmente no ensino médio.

3.1 Intertextualidade: a relação dos vários textos que o aluno carrega

A intertextualidade de uma maneira geral é a relação que um determinado texto mantém com outros textos já produzidos. Ela está intimamente ligada à coerência textual por cooperar para o estabelecimento de suas conexões, propiciando textualidade. Por vezes, a intertextualidade em um dado texto só é possível, dentre outras coisas, à coerência. Esta por sua vez é obtida através da articulação ordenada de posicionamentos e exposição de pensamentos oriundos de outras fontes escritas e que concordam ou discordam do ponto de vista do escritor-autor no desenvolvimento da temática.

Koch (2015) afirma que a intertextualidade é um fator de coerência importante na medida em que, para o processamento cognitivo de um texto, se recorre ao conhecimento prévio de outros textos. Corroborando com essa ideia, Silva (2017) afirma que a intertextualidade compreende as diversas maneiras como a compreensão de determinado texto depende do conhecimento de outros textos anteriormente veiculados sobre o assunto.

O desenvolvimento da temática, em um texto, é um posicionamento, uma resposta a algo que já foi dito em outros textos que trataram do mesmo assunto, quer corroborando, quer discordando. Portanto, um texto se origina sempre de outros textos que em seu bojo traziam pontos de vistas peculiares à determinada forma de compreensão, de visão de mundo. Nessa perspectiva, diante da bagagem de conhecimentos adquiridos em sua vivencia social, o aluno constrói um intertexto, quando identifica sinergias entre seu conhecimento prévio e as informações fornecidas e se apropria desse conhecimento para escolher de forma inteligível, textos de outras fontes que mantenham relação direta de oposição ou afirmação da temática desenvolvida no texto de sua própria autoria.

Ao longo da aprendizagem escolar que acontece nos anos da Educação Básica¹, espera-se que no mínimo este aluno tenha sido alvo de um processo sistematizado de apropriação e desenvolvimento das capacidades de leitura e escrita durante toda sua vida estudantil. De forma intrínseca, portanto, é exigida do aluno a utilização de conhecimentos adquiridos, reflexões feitas ao longo de sua formação e habilidade na seleção, organização e relação de fatos e argumentos, imprimindo sua opinião e/ou opiniões para defender seu ponto de vista e de suas propostas frente ao tema tratado, sem que suas colocações e posicionamentos venham a ferir os direitos humanos.

A falta de estruturação no ensino, principalmente devido ao baixo investimento em educação e formação continuada dos profissionais, causam alguns inconvenientes na formação do aluno, quanto ao seu desenvolvimento intelectual, a falha nas habilidades de produção textual, podem ser reflexos que veem cerceando a ampla capacidade de desenvolvimento da consciência crítica do mesmo, condenando-o a mera compilação de informações e/ou apropriações de pensamentos prontos em fragmentos de textos lidos de forma rasa, sem de fato realizar uma análise textual apropriada para servir-lhe de motivação na formação de seus próprios pensamentos e proposta de argumentos.

Em benefício de sua própria autonomia de raciocínio e apropriação de saberes, o aluno deve ser instigado, tanto na oralidade quanto na escrita, a usar sua capacidade de entendimento de mundo e manifestar coerentemente seu ponto de vista. Todavia, é através de escrita que o mesmo alcança um nível de comunicação formal exigida no acesso para o seu desenvolvimento educacional e universalização de conhecimentos.

A exposição do aluno a variados textos é essencial para o processo de criação textual, o incentivo e motivação à leitura de qualidade devem partir principalmente do professor, de forma que procure despertar o interesse do aluno, fazendo com que ele leia não por obrigação, mas, por prazer. Uma mínima leitura que seja já é adição à caixa de ferramentas do aluno.

¹ A Educação Básica, no Brasil, está organizada em etapas, compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

3.2 Intertextualidade no Ensino de Língua Portuguesa

Todo usuário da língua, em condições fisiológicas normais, antes de ingressar na escola, possui habilidade no ouvir (compreender) e no falar, entretanto duas habilidades importantes no domínio e desenvolvimento da competência de comunicação figuram como instrumentos específicos a serem desenvolvidas a *priore* no âmbito escolar, a saber: ler e escrever (MARCUSCHI, 2008). O referido autor destaca que compete à escola também, a valorização e o aperfeiçoamento desses conhecimentos, focando o trabalho com textos, tanto na compreensão, produção e análise destes.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa,

O domínio da língua oral e escrita é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos. (BRASIL, 2000, p.15).

Ao ingressar na vida escolar o aluno traz intrinsecamente, amplos conhecimentos oriundos do exercício da linguagem característica do meio social onde vive – sua língua vernácula. Entretanto para que escola seja, o canal para o exercício da cidadania – ela deve através de um trabalho contextualizado, garantir o acesso desse aluno aos saberes linguísticos necessários, associando o conhecimento prévio do mesmo aos conteúdos curriculares formais.

Tem sido comprovada que a produção textual por parte de alunos no ensino médio envereda com mais frequência pela reprodução (plágio), pela reformulação de sentido de outro texto e com menos frequência, criação de um texto inédito, autêntico, coerente e bem fundamentado. Isso deve ser explicado em partes por pouca ou total ausência de conhecimentos intrínsecos sobre a linguística textual aplicada.

Apesar de a escola figurar como um meio extrínseco de criação e produção de conhecimentos, onde o aluno poderia internalizar conhecimentos emancipatórios sobre linguística aplicada ensejando sua livre criação textual, vive atualmente, segundo Meserani (2008, p. 63), “o patamar trivial da reprodução”.

Os alunos fazem uso da intertextualidade, em suas produções textuais, uma vez que ao produzir um texto, recorrem a conhecimentos adquiridos no exercício da língua e pela leitura outros textos sobre os diversos assuntos. Entretanto, é imprescindível que o mesmo

receba orientações para produzir um texto bem estruturado. Na prática da escrita, especialmente, o professor possui um papel fundamental no direcionamento do aluno durante o processo de produção textual.

Como defende Antunes (2010, p. 30), “o professor deve fazer da textualidade o objeto de ensino, assumindo-a como o princípio que manifesta e que regula as atividades de linguagem”.

Infere-se então que o sucesso de alunos-escritores não arraigados no plágio depende em muito, da articulação entre a competência linguística aplicada do docente e sua *práxis* pedagógica para estimular os alunos a exercitarem a escrita voltada para a apropriação de coerência e da intertextualidade como fundamentos da textualidade. Isso decorre paralelamente ao tipo de formação docente que o professor de língua portuguesa foi submetido na universidade.

Para Bagno e Rangel (2005, p.65),

Muitos são os estudantes que se graduam em Letras sem jamais terem ouvido falar, em sua formação, de pragmática lingüística, de análise do discurso, de linguística textual, de análise da conversação, de letramento, de gramaticalização, de gêneros textuais e de outras áreas de investigação que, paradoxalmente, se encontram em plena ebulição nos centros de pesquisa das grandes universidades brasileiras. Outros campos de estudo, como a sociolingüística e a semântica, que chegam a constituir, em alguns casos, disciplinas com esses mesmos nomes, são abordados de forma esquemática e pouco instigadora. Todas essas áreas de estudo, no entanto, são de fundamental importância para a formação de docentes capazes de promover a plena educação linguística de seus alunos.

O caráter profissional forjado durante a universidade reflete a capacidade ou não dos professores como mediadores do conhecimento, dentro da educação linguística, ao trabalharem a textualidade em sala de aula, percorrendo indubitavelmente os aspectos da coerência e da intertextualidade. Sendo principais protagonistas neste processo, professores encaram desafios dentro de sua própria formação acadêmica, principalmente no que tange à compreensão do texto como um produto histórico da sociedade. Cientes de que não deve se limitar à simples transmissão mecânica da gramática normativa para que promova plena educação linguística no âmbito escolar, não se sentem seguros em promovê-la por não terem sido familiarizados com esse segmento da linguística na universidade.

Exige-se, portanto que o professor mediador deve não só conscientizar os alunos quanto à existência dos fatores de coerência e textualidade, como verificar a capacidade dos alunos de relacionarem textos, certos de que o processo ensino/aprendizagem de Língua Portuguesa prioritariamente deve basear-se em propostas interativas a fim de promover o desenvolvimento do indivíduo. (BARCELLOS, 2018).

3.3 Intertextualidade em Texto Dissertativo no ENEM

A proposta de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) traz um tema e fornece alguns textos de motivação e apoio com a finalidade de que o aluno crie um texto dissertativo-argumentativo que se afaste do senso comum e de paráfrases do discurso que a mídia cria em torno de um tema. Ele deve buscar nos textos de apoio uma base em comum entre seu conhecimento prévio do tema, a sua bagagem cultural e lançar mão dos recursos de intertextualidade.

Dentre os gêneros textuais existentes, um caracteriza-se no uso e apropriação de argumentos bem fundamentados para que seja tecido todo desenvolvimento coerente de uma temática, agregando fontes distintas e extrínsecas de pontos de vista: o texto dissertativo-argumentativo. Nele, a opinião, respaldada em explicações e argumentos, é fundamental para formar a opinião do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta, ou seja: persuadi-lo a ponto de provocar a sua aceitação e adesão ao que leu.

Na vertente de sistematização no processo de ensino e aprendizagem, é *mister* enfatizar a necessidade, de convencer o leitor sobre um posicionamento, por meio de articulações lógicas bem fundamentada entre os significados - o que caracteriza o texto dissertativo – argumentativo. (COROA, 2017).

A importância de argumentação está em saber lutar pelas suas convicções. Aquele que sabe argumentar, a princípio, encontra-se mais preparado para lutar pelos seus direitos, em contrapartida, o que não sabe argumentar coloca-se em uma situação desigual frente àquele que o sabe. Isso comprova que o uso adequado da palavra é uma forma de barganha, de poder, o argumento é uma necessidade no processo de realização do indivíduo enquanto partícipe da sociedade na qual está inserido, corroborando para a concretização do verdadeiro exercício da cidadania.

Se o cidadão não souber expressar com eficácia os seus pontos de vista, com base no processo de conhecimento adquirido, concretamente não terá poder. Não irá impor seus valores, as suas preferências e os seus ideais, agravando-se assim as desigualdades culturais, sociais e econômicas. Nesta perspectiva, a universidade figura como a principal forjadora do cidadão como indivíduo argumentativo assim como mediadora na inclusão significativa deste em um lugar de destaque como transformador na sociedade.

Varela expressa claramente o desafio social que as universidades possuem nos dias atuais, quando pontua:

Na reflexão sobre a missão, funções e desafios da universidade dos tempos atuais, uma conclusão inelutável se impõe: esgotada a perspectiva autocentrada de universidade, é imperioso que esta, sem prejuízo da sua especificidade institucional, assuma, conseqüentemente, no desempenho das suas funções de pesquisa, ensino e extensão, o imperativo da responsabilidade social. (VARELA, 2015, p. 1).

Para o início a formação do cidadão consciente e ciente dos seus direitos e deveres, torna-se imprescindível que para ingressar em qualquer curso de nível superior seja exigida por parte do candidato, habilidade na produção de texto discursivo-argumentativo em forma de redação nos processos seletivos no ENEM.

Por consequência dessa exigência, este gênero textual é mais trabalhado no ensino médio, com vistas lograr êxito no desenvolvimento do tema proposto anualmente sugerido durante o processo seletivo e, requer principalmente um conhecimento prévio de mundo e uma bagagem de conteúdo, definições e esclarecimentos adquiridos através de outras fontes de informação. Um gênero em que importa seleção e ordenação de argumentos para defesa de um ponto de vista, considerando o emprego de recursos próprios do padrão escrito e ortografia oficial.

Entretanto, no desenvolvimento de uma temática sugerida, a produção textual pode não iniciar devido ao seu total desconhecimento e falta de leitura sobre o assunto; ser desenvolvida até certo ponto, utilizando textos alheios, devido ao pouco conhecimento sobre o assunto abordado - tornando às vezes o texto redundante e sem saídas para sustentar o raciocínio lógico e coerente, ou; ser tecida de tal maneira que use fontes de outros textos de forma consciente, enriquecendo o argumento do escritor, objetivando obter o *feedback* esperado por parte do leitor receptor.

Atualmente, em meio à era digital, não se peca em afirmar que em sua maioria, alunos utilizam leitura de informação – sem uma preocupação como a retenção da informação; leitura de consulta – aquela dirigida para situações emergenciais e imediatas, como por exemplo: a consulta de dicionários, enciclopédias, guias e endereços; e leituras de para a ação – leitura rápida, seletiva em que o leitor realiza-a de forma espontânea, como por exemplo: placas de sinalização, cartazes e manuais de instrução (BARBOSA, 1994).

No Brasil, o Ensino Médio é tido como de baixa qualidade, principalmente porque se lê pouco no país (DISARÓ, 2009). Pouco interesse há, por parte de alunos, por uma leitura analítica, aquela que se destina a apreensão de conteúdos diversos, envolvendo o trabalho intelectual. Esse tipo de leitura torna-se enfadonha principalmente quando a escrita não prender em suas linhas a atenção do leitor através da concatenação de ideias e riqueza de

argumentos, reflexo de uma boa leitura de outras fontes – intertextualidade - por parte do leitor e do domínio do conhecimento linguístico próprio e apropriado, usados no processo da escrita.

Diante desta assertiva, Mercuri (1992) coopera enfatizando que uma das principais condições pessoais para que o aluno garanta favoravelmente sua habilidade de estudo e de domínio de conteúdo, é a leitura. A autora considera que o êxito do aluno depende do saber ler, interpretar, criticar e também usar sua criatividade na busca do conhecimento. Percebe-se, também, que na escrita desse tipo de texto, os alunos incorrem em muitas infrações tanto ao tentarem empregar recursos coesivos, prejudicando o nível da coerência, enquadrando suas produções escritas num nível muito aquém do requerido para concluintes do Ensino Médio.

Portanto, diante do exposto, a intertextualidade não figura somente em um fator fundamental requerido dentro da linguística aplicada para fins puramente formais no processo do uso da língua escrita. Evidencia-se, entretanto sua importância ímpar na oralidade e no fazer comunicação coerente através de textos como uma unidade de sentido, enriquecidos e fundamentados com outras fontes advindas da leitura e do próprio conhecimento de mundo do autor.

E com bases teóricas que nortearam o levantamento de dados acerca do tema tratado, discorre-se a seguir sobre os caminhos percorridos na aquisição destes.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa foi didaticamente organizada em quatro momentos articulados, a saber: desenvolvimento da oficina na Escola campo, com o público alvo; produção textual dos alunos concluintes do Ensino Médio, frente às propostas de redação do Enem; análise das produções escritas relativas aos fatores de textualidade, coerência e intertextualidade e retorno à escola campo para divulgação dos resultados - “feedback”.

Em alguns encontros previamente planejados, com minha orientadora, foi acordado em realizar, durante a oficina, uma aula em que contemplasse temas que já tinham sido propostos pelo Enem. Foram elencados temas e sancionadas duas propostas de redação do ENEM, levando em consideração a atualidade dos temas sugeridos pelas mesmas. Uma destas foi utilizada como base para explanação do conteúdo durante aulas expositivas, a outra proposta, como atividade de produção textual junto aos alunos.

Foram planejadas quatro aulas, onde, nas primeiras, trabalhamos com texto de gênero dissertativo-argumentativo, coerência e intertextualidade a partir de redações disponíveis *on-line*, sendo estas, texto nota 10. Levamos duas destas redações para análise junto aos alunos, para explicar a proposta de produção textual e mostrar como os candidatos retomavam os textos apresentados na proposta do ENEM.

No **primeiro momento** - com auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação, apresentamos definição do referido gênero textual e dissecação de sua estrutura. Exemplificamos posteriormente com textos apoio utilizados no ENEM do ano de 2013, que serviram como base na produção do tema da redação no referido ano - “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”. Em seguida, foram apresentadas duas redações que lograram nota máxima neste processo seletivo. As mesmas foram alvo de análises baseadas no conteúdo apresentado durante o desenvolvimento das aulas, esperamos com isso o despertar do desejo de produção textual argumentativa no público alvo.

Importante relatar que pela necessidade de estimular os alunos a leitura analítica, foram distribuídas aos mesmos, cópias das referidas redações elencadas, para que fizessem leitura de forma particular com objetivo de levá-los a construção de seus pontos de vista e da retomada de textos que circulam socialmente.

No **segundo momento** - as duas últimas aulas foram destinadas à produção dos estudantes. Propôs-se uma redação dissertativa-argumentativa com o tema “O trabalho infantil na realidade brasileira”, tema apresentado no ENEM do ano de 2005, apresentando quatro textos de apoio.

O primeiro texto apresenta a divisão do Brasil nas suas 5 regiões e é apresentado dados estatísticos, de uma pesquisa do IBGE, acerca do trabalho infantil no Brasil (figura 1). O segundo texto intitulado “A crueldade do trabalho infantil” é um extrato de um texto que foi originalmente publicado no jornal matutino Diário de Natal, de autoria do advogado Xisto T. de Medeiros Neto.

O terceiro texto é de um sítio da Universidade Federal de Goiás, de autoria de Joel B. Marin, intitulado “O trabalho infantil na agricultura moderna”.

O quarto texto é simplesmente o Artigo 4º da Lei nº 8.069 também chamada de Estatuto da Criança e Adolescente.

Texto de apoio (1):

Figura 1: Texto de apoio com estatísticas a respeito do trabalho infantil no Brasil.



Fonte: O Globo (2004).

Texto de apoio (2):

“A crueldade do trabalho infantil é um pecado social grave em nosso País. A dignidade de milhões de crianças brasileiras está sendo roubada diante do desrespeito aos direitos humanos fundamentais que não lhes são reconhecidos: por culpa do poder público, quando não atua de forma prioritária e efetiva e por culpa da família e da sociedade, quando se omitem diante do problema ou quando simplesmente o ignoram em decorrência da postura individualista que caracteriza os regimes sociais e políticos do capitalismo contemporâneo, sem pátria e sem conteúdo ético.”

(Xisto T.de Medeiros Neto . A crueldade do trabalho Infantil. Diário de Natal 21/10/2000.)

Texto de apoio (3):

“submetidas aos constrangimentos da miséria e da falta de alternativas de integração social, as famílias optam por preservar a integridade moral dos filhos, inculcando-lhes valores, tais como a dignidade, a honestidade e a honra do trabalhador. Há um investimento no caráter moralizador e disciplinador do trabalho, como tentativa de evitar que os filhos se incorporem aos grupos de jovens delinquentes, ameaça que parece estar cada vez mais próxima das portas das casas.”

(Joel B. Marin. O trabalho infantil na agricultura moderna, www.proec.ufg.br.)

Texto de apoio (4):

“Art. 4º. – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

(Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº8.069, de 12 de julho de 1990)

Como forma de incentivo, este pesquisador destacou, na aula e no convite à escrita das redações, um pensamento cujo autor é desconhecido: “É preciso coragem para ser diferente e muita competência para fazer a diferença”, frase salutar e motivadora para o contexto.

Durante a aplicação da atividade, os alunos foram orientados a iniciar e concluir sua redação dentro do horário previsto, não podendo de maneira nenhuma levar a proposta produção textual para casa ou mesmo concluí-la em domicílio. Coibindo assim fatores que pudessem mascarar a real situação da habilidade na produção de um texto dissertativo-argumentativo.

No **terceiro momento** desta pesquisa, optou-se por utilizar o método de abordagem qualitativo uma vez que permite melhor aderência aos objetivos propostos, permitindo assim maiores possibilidades de interpretação dos dados. Foram produzidas e coletadas 18

(dezoito) redações e de posse desses dados e com a quantidade e gravidade das infrações textuais cometidas por esses alunos nestas produções escritas, propomo-nos a realizar este trabalho de estudo dos fatores de textualidade – a coerência e seus fatores: situacionalidade, intencionalidade, aceitabilidade, informatividade, destacando a intertextualidade através da análise da continuidade, da progressão, da não contradição e da articulação – condições responsáveis pela coerência do texto e analisar como esses fatores têm sido empregados pelos discentes nas suas manifestações de língua escrita.

O “*feedback*” à Escola campo, que seria executado no **quarto momento** desta pesquisa, não foi efetuado, uma vez que, devido ao encerramento do período letivo, não dispomos de tempo hábil para voltarmos à Escola e apresentarmos os resultados.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO

A análise nos permitiu levantar categorias a partir das quais se pode observar o jogo da intertextualidade na escrita das redações. Os estudantes dialogam com os textos de apoio de diferentes modos que envolvem: a seleção lexical, intertextualidade com textos imediatos intertextualidade pela réplica e intertextualidade por paráfrase.

5.1 Intertextualidade a partir da seleção lexical

João Cabral de Melo Neto (1995) afirma que “Catar feijão se limita com escrever: Jogam-se os grãos na água do alguidar e as palavras na da folha de papel; e depois, joga-se fora o que boiar”.

A seleção de palavras, não é restrita apenas ao campo literário. Sua prática é estabelecida em todo ato de comunicação em menor ou maior intensidade, uma vez que cada palavra tem um peso semântico constituído por seu significado ou uso social. Encontrou-se em 99% por cento das produções há representação da oralidade na escrita, relacionada a toda uma carga de variações linguísticas características da fala advinda do contexto social dos alunos e que denota lacunas no conhecimento da norma padrão.

Em texto dissertativo-argumentativo, a seleção lexical pode ser decisiva para o sucesso do processo de comunicação, estando diretamente responsável pela persuasão do receptor/leitor. Esse mecanismo possibilita ao escritor deixar perceptível ou um pouco mais implícito o seu posicionamento a respeito daquilo que se propôs discorrer.

Neste contexto, a seleção lexical refere-se às palavras que os alunos utilizam para serem vistos pelos leitores/avaliadores como “escritores” que carregam um vocabulário “rico”, uma linguagem próxima àquela utilizada na escrita formal, bastante utilizada no meio universitário. É importante ter-se em mente que: quanto mais abrangente o público-alvo, mais comum deve ser o vocabulário empregado para que a mensagem esteja ao alcance de todos. O que torna o texto criativo e marcante é o uso de recursos linguístico expressivos. Entretanto, o uso destes na linguagem formal produz efeitos diferentes, que vão do uso adequado ao uso inadequado na tentativa de informar, convencer e seduzir o leitor servindo-se ricamente desse recurso como alicerce de sua argumentação. Observou-se que essa atitude relaciona-se com os textos apoio (2) e (3).

Na redação 3, observa-se que o aluno teve a intenção de utilizar um extrato do texto de apoio (2) que retoma a expressão “direitos humanos fundamentais”, mas essa retomada

causa prejuízo à coerência, uma vez que aparece inadequadamente separada na redação, na qual se lê *o direitos humanos esta sendo desrespeitoso fundamentas*. Além separação inadequada vê-se um problema ortográfico que aprofunda o prejuízo no sentido da redação, no diálogo como sentido expresso pelo texto de apoio, conforme pode ser observado no recorte que segue.

Redação 3:

As dignidade das crianças esta sendo roubada como o texto dala, o direitos humanos esta sendo desrespeitoso fundamentas, que não são reconhecidos no mundo todos, por culpa do direitos maior no caso o poder público, o que temos prioridade de mas algumas família não tem condição porição que crianças e adolescentes trabalho para ajuda a família.

O Brasil precisa de uma regularização no trabalho infantil, devemos ter dignidade, como todos no trabalho, tem um investimento no caráter de e moralizar mais a disciplina do trabalho de crianças e jovens que estão sendo delinquentes e ameaçados e marginais que o Brasil a presenta um Brasil sem exploração de pessoas trabalhistas sendo obrigado a trabalhar.

Ainda na redação 3, na passagem “...moralizar mais a disciplina do trabalho de crianças e jovens...” pode-se observar que, ambos “moralizar” e “disciplina” estão empregados de forma correta, o primeiro no sentido de equidade e justiça e o segundo significando respeito às regras. Já no extrato “...que estão sendo delinquentes...” verifica-se uma falha no emprego do vocábulo, já que este tem significado de “característica de quem infringe a lei”, o autor da redação aproveitou os vocábulos e estruturas presentes no texto de apoio (3) para a criação de sua dissertação.

Na redação 18 pode-se observar que o autor utiliza vocábulos e fragmentos tanto do texto de apoio (2) quanto o (3), para a construir a introdução de sua dissertação:

Redação 18:

Relativo ao trabalho infantil no Brasil, é possível destacar dois aspectos positivos como negativo. Se por um lado, a crueldade do trabalho infantil, por outro, tentativa de evitar que os filhos se incorporem os grupos de jovens marginais e delinquentes.

Notou-se que algumas redações mostram o uso inadequado de vocabulário, como se

quisessem fazer uma imitação. Os alunos se esforçam no uso de um vocabulário “rebuscado”, objetivando tornar o texto mais atrativo e “rico”, lexicamente falando. Entretanto, o uso indiscriminado de palavras “difíceis” pode-se incorrer no antagonismo léxico-semântico, ou seja, tentam se expressar por meio de palavras que não conhecem e acabam transmitindo uma ideia diferente da pretendida por eles (SILVA, 2017).

O léxico pode enfatizar, amenizar, intensificar fragmentos ou toda tessitura textual por escolha do autor. Em algumas produções textuais observa-se que o aluno usa palavras inadequadas, isso não quer dizer que não seja correto o uso destas, por similaridade e/ou sinonímia que imprimem um “peso” para o entendimento do leitor. Como por exemplo o trecho da redação 17.

Redação 17:

Em virtude disso, o trabalho infantil que teve um grande aumento pode entrar em decadência a parti de uma iniciativa do governo, onde haja mais empregos para as famílias sem condição, e mais projeto de educação e laser para as crianças e jovens”

Destaca-se que a palavra “decadência” exprime a ideia de estado daquilo que tende a desaparecer totalmente ou que está perto do fim. Dentro do contexto exposto pelos textos de apoio, o trabalho infantil ainda será um problema a ser enfrentado pela sociedade atual, assim como nas gerações futuras. Portanto a ideia de imediatismo impregnada na palavra utilizada poderia ser coerentemente “amenizada” por “declínio”.

A seleção lexical mostra-se extremamente relevante na argumentação, à medida que, se bem feita, pode agir sobre o leitor, influenciando sua opinião sobre do tema discorrido. Uma vez feita de forma inadequada, fere a coerência textual no que tange a não contradição interna e externa.

5.2 Intertextualidade com dados imediatos

Esta categoria se refere às informações que são imediatamente lidas pelo aluno a partir do que se apresenta em destaque nos textos de apoio. No texto de apoio (1), temos um mapa com o título **Trabalho infantil no Brasil** e dados numéricos sobre o trabalho infantil nas regiões.

Trata-se de um texto construído por imagens e dados numéricos que deixam

explícitos dados sobre o trabalho infantil nas regiões brasileiras. O destinatário terá que ativar na mente o texto-fonte no arcabouço de informações, no seu cognitivo, estabelecer a intertextualidade que, segundo Kristeva (2005, p.68), acontece porque “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de textos”.

Constata-se que grande parte das redações utilizam a informação destacada no texto de apoio (1) “Há 5.438 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalham no país”, e grande parte cita a estatística da região Nordeste, na qual se destaca com a maior porcentagem de crianças em regimes de trabalho. Não se verifica, nas redações, uma exposição e/ou exploração de fatores que poderiam justificar essa maior porcentagem de trabalho infantil no Nordeste, ou seja, não há discussão sobre os números, mas a aceitação.

Na redação 18, o aluno expõe dados do texto de apoio (1) para afirmar que o trabalho infantil tem crescido no Brasil, os dados de apoio apenas mostram o estado atual da situação e nenhum outro texto traz algum posicionamento interrogativo ou problematizador. A retomada do aluno é descritiva e não crítica.

Redação 18:

“No que se refere a trabalho infantil é possível afirma que o fenômeno tem crescido no Brasil. De acordo com o IBGE, há 5.438 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalham no país.”

A mesma utilização deste movimento descritivo e consensual se verifica na redação 4.

Redação 4:

“De acordo com uma pesquisa do IBGE há 5.438 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que trabalham no país. A região que está em alta é o sudeste com cerca de 27,82%.”

Outro ponto que se observa ainda nessa redação é que do texto de apoio (1) foi utilizado de forma inadequada, uma vez que houve uma falha na compreensão dos dados numéricos, fato que causou comprometimento na coerência textual. Essa inadequação pode ser vista no trecho *A região que está em alta é o sudeste com cerca de 27,82%*. A informação explicitada no texto de apoio (1) é que a região nordeste desponta em elevados percentuais de

crianças trabalhadoras e não a região sudeste.

Na redação 16 o autor utiliza informações da Organização Internacional do Trabalho em complemento com dados já citados do texto de apoio (1) para construir sua argumentação.

Redação 16:

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a pobreza é uma das principais causas do trabalho infantil no mundo, e no Brasil não é diferente.

Esse fragmento mostra o diálogo coerente, adequado, por corroborar com as informações do texto de apoio (1), elucidando o conhecimento prévio do autor por intermédio da leitura de outros textos com a mesma temática.

Na redação 2, observa-se que o autor, citou devidamente os dados da pesquisa do IBGE, mas não conseguiu construir um parágrafo coerente, que realmente se utiliza das informações para o devido suporte a alguma afirmação.

Redação 2:

A forma que essas crianças vivem por não terem uma educação de qualidade principalmente em todas regiões do Brasil, é segundo o (IBGE) onde se localizam maio taxa de trabalho de crianças é no nordeste brasileiro praticamente 42,2% um terço da região nordestina por ser trata de uma localidade de muita pobreza porisso que é onde se encontro mão de obra infantil.

No referido fragmento os dados imediatos do texto apoio (1) foram utilizados de forma adequada, entretanto o autor não soube concatenar as ideias com uma justificativa plausível para o excesso de mão de obra infantil na região nordeste, comprometendo a progressão textual e conseqüentemente sua coerência, prejudicando seu entendimento como uma unidade de sentido.

Dentre as redações em análise nenhum autor utilizou todos os textos de apoio para composição de sua escrita. É interessante observar também que das 18 redações analisadas, apenas 2 não utilizaram as informações do texto de apoio (1), então 16 redações utilizaram essas informações. Dessas dezesseis, 9 redações não apresentaram nenhum indício da origem das informações a respeito dos dados apresentados. Apenas 7 trouxeram a referência que a pesquisa foi realizada pelo IBGE.

A redação (5) apresenta os dados sem referência alguma, apenas traduz os gráficos apresentados no texto de apoio (1). O autor não adiciona quaisquer comentário acerca dos dados extraídos.

Redação 5:

[“...De acordo com a região que apresenta a maior quantidade de jovens trabalhando nesta faixa etária é no nordeste, que corresponde a 42,2% da população, cerca de 2,296 milhões de jovens.]

A redação (11), o autor faz alusão a uma “pesquisa”, com esse vocábulo, retoma parte da informação contida no texto de apoio (1) quando se refere apenas à faixa etária das crianças sob trabalho irregular e/ou forçado. Esta composição textual é inadequada e incoerente por levar o leitor a pensar que a criança é ignorada por trabalhar em sua própria casa

Redação 11:

De acordo com as pesquisas existem crianças, é adolescentes entre 5 e 17 anos de idade, que trabalham fora ou até mesmo dentro da propria casa, algo constrangedor a sua propria infância, que por muitas das vezes são iguinorado pelos proprio familiares.

5.3 Intertextualidade pela réplica e paráfrase

Refere-se a construção de argumentos baseada em pontos destacados nos textos de apoio, são respostas a partir de informações que circulam socialmente, sobre os papeis que cada um deve desempenhar na sociedade.

O texto de apoio (4) consiste em um fragmento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a maioria das redações dialoga com esse fragmento na forma de réplica. Observa-se uma intertextualidade como uma espécie de resposta sobre o lugar e o papel de crianças e adolescentes na sociedade. Esse jogo mostra a busca de diálogo om os textos de apoio sem citá-los diretamente.

Verifica-se a utilização das informações trazidas pelo texto de apoio (4), por exemplo, fragmento da redação (5), feitas de modo adequado porque trata-se de uma

informação que circulam no meio social.

Redação 5:

Lugar de criança e na escola estudando e principalmente brincando, é um direito dela aproveitar uma das melhores fases da vida, que é a infância. Portanto, algo tem que ser feito para mudar essa triste realidade, e essa mudança pode começar por você.

O referido fragmento é adequado por que o aluno utilizou como uma resposta, para marcar o jogo da intertextualidade, mas, apesar disso houve alguns prejuízos na qualidade do texto se considerarmos o uso da pontuação e o modo como se refere ao leitor como se desconsiderasse que o destinatário da redação é uma banca de avaliação que procura argumentos e não convites diretos para *mudar essa triste realidade*.

No fragmento da redação (18), que segue, percebe-se, a não utilização das informações trazidas pelo texto de apoio (4). O referido fragmento figura como inadequado uma vez que o aluno faz uma colocação desconexa do teor informativo do texto de apoio em questão - que aponta a omissão por parte da família na obrigação da manutenção da dignidade da criança, enquanto seu texto aponta o esforço da família na indução da integridade moral, da dignidade e honestidade dos filhos.

Redação 18:

Apesar disso, podemos dizer que a tentativa de familiares de evitar que seus filhos não entrem em grupos de delinquentes, as famílias tentam induzir, mostrando a integridade moral, dignidade e honestidade.

O fragmento da redação (10), mostra que o aluno faz a relação direito e deveres, utilizando os textos de apoio (3) e (4) no início e no fim do segundo parágrafo respectivamente e de maneira tal que não compromete a intertextualidade, tornando adequada a sua composição. Verifica-se a utilização adequada das informações trazidas pelo texto de apoio.

Redação 10:

Essa estatística é mais do que um dado sobre o trabalho infantil, ele representa a quantidade de crianças e adolescentes que não os permitem desfrutarem dos direitos

peculiares a sua condição infanto-juvenil tais: como a educação, lazer, saúde, qualidade de vida e tantas outras experimentadas enquanto jovem.

Na redação 7, para a formação da conclusão da redação. O autor cita alguns deveres incumbidos ao Estado como solução para o problema do trabalho infantil. Entretanto, não recorre a mais nenhum texto apoio para o desenvolvimento argumentativo do seu texto.

Redação 7:

Entretanto para melhorar essa situação é preciso a ajuda do poder publico gerando emprego para a família dessas crianças e trazendo mais benefícios como esportes, lazer e outros programas educacionais para essas crianças

Observou-se esse contexto nas redações (4) e (6), respectivamente, que os alunos fizeram uma relação direito e deveres, obedecendo ao enredo do que leram e atribuindo seu entendimento no desenvolvimento sobre ideia principal do texto de apoio (4).

Redação 4:

A vida de muitas crianças esta sendo roubada. Por tanto, medidas são necessárias para resolver o empasse. O governo em parceria com o ministério da educação deveria criar palestras para a população em consciência de melhorias de convivência familiar

Redação 6:

Aos fatos mencionados quando a criança não tem uma educação eles estão propensar à grandes problemas. O governo federal, estadual e municipal deverá promove projetos para comba o trabalho infantil.

Num aspecto geral, em algumas redações, os alunos ficaram presos em torno de uma informação apresentada nos textos de apoio e não conseguiram dar continuidade na linha de raciocínio, não retomando as ideias no desenvolvimento do texto e não acrescentando novos comentários a cerca delas, fazendo com que o texto não pudesse se expandir pela intertextualidade com os demais textos de apoio.

Na redação 8, o autor retoma o texto de apoio (1) mas, induz o leitor a pensar que o

trabalho dessas crianças é normal, que o nordeste possui alta expressividade de trabalho infantil e que a dignidade dessas crianças está sendo roubada por outros motivos, que não o próprio trabalho. Portanto o trecho figura como inadequado uma vez que se opõe ao sentido real de entendimento entre os textos de apoio.

Redação 8:

No Brasil há cerca de 5.438 milhões de crianças e adolescente entre 10 e 17 anos trabalhando, segundo pesquisa do IBGE 42,2% dessas crianças são do nordeste. No entanto, a dignidade de milhões de criança brasileira, esta sendo roubada, isso e desrespeito aos direitos humanos.

Basicamente todas as redações a conclusão faz referência à atuação do Estado como agente para a redução do trabalho infantil, através da educação, sendo este o fator mais citado. Essas referências são induzidas pelos texto de apoio (2) e (4), como destacados abaixo.

Na redação 18 vê-se a conclusão da dissertação apontando com solução para o problema do trabalho infantil a atuação do Estado em prol do investimento em educação, a dissertação faz uso dos direitos enumerados no texto de apoio (4) e quem seriam seus curadores.

Redação 18:

Dessa forma, bom seria se o governo de alguma forma invista na educação, dessas criança e dessa forma abra outras portas para elas, assim diminuiria toda esse indica de trabalho e exploração infantil, mas também, a falta da sociedade e das famílias.

As redações (11) e (10) trazem essa mesma ideia na conclusão:

Redação 11:

Por tanto é necessária que haja além de uma fiscalização por parte governamental, tomar medidas a punição o que pratica o tal ato. Não de forma agressiva, e sim mais voltada a educação para melhorar suas atitudes em casa com suas atitudes, criar projetos voltado a trabalho infantil.

Redação 10:

Oferecer ao país e responsáveis trabalhos que sejam capazes de promover famílias com mais dignidade, bem com escolas, em tempo integral onde o aluno pode estudar e também pratica atividade.

Na paráfrase, há uma reafirmação das ideias do texto de apoio a partir da reformulação. Um tema de um texto é explorado por outro autor, na criação de um novo texto com estrutura e estilo próprios. Ou seja, a paráfrase é a escrita de um texto com novas palavras, usando as mesmas ideias de outro texto. A presença dos textos de apoio serve não só como inspiração, mas também induzem à intertextualidade por paráfrase, na análise das redações verifica-se que os textos de apoio serviram, em grande parte das redações, como referência na construção de todos os parágrafos, desde a introdução até a conclusão.

Na redação 3, pode-se observar a presença da paráfrase, logo no início do segundo parágrafo, baseado no texto de apoio (2).

Redação 3:

As dignidade das crianças esta sendo roubada como o texto fala, o direitos humanos esta sendo desrespeitoso fundamental, que não são reconhecidos no mundo todos, por culpa do direitos maior no caso o poder público, o que temos prioridade de, mas algumas família não tem condição porço que crianças e adolescentes trabalho para ajuda a família.

O trecho está adequado, entretanto, a falta de coerência comprometeu a intertextualidade por contradição de sentido na construção do parágrafo, uma vez que afirma que os direitos humanos estão sendo desrespeitoso.

Na redação 18, verifica-se a referência o texto de apoio (3), o autor utiliza ideias presentes no texto para a construção do parágrafo.

Redação 18:

Apesar disso, podemos dizer que a tentativa de familiares de evitar que seu filho não entrem em grupos de delinquentes, as famílias tenta induzir, mostrando a integridade moral, como dignidade e honestidade.

E mostra a realidade brasileira, que toda ação tem uma reação, tanto pro o bem

como mal.

Na análise da coerência, 80% dos textos apresentaram inconsistências quanto à questão de continuidade, principalmente no estabelecimento de tese/argumentos, causa /consequência, fato/opinião, problema/solução. Na maioria das redações, o aluno afirma algo sem nenhuma justificativa que respalde o que escreveu.

Todos os alunos utilizam a intertextualidade utilizando partes dos textos sugeridos como apoio para o desenvolvimento da temática. Alguns optaram em produzir um texto pela reformulação de sentido de um ou mais textos apresentados como apoio, ou seja, utilizaram dados expressos em um ou mais trechos dos textos de apoio para a sua produção textual e fazendo uma “releitura rasa” do trecho mais significativo.

6 CONCLUSÃO

Com base na análise dos dados desta pesquisa e em estudos realizados nos teóricos que fundamentaram a mesma, percebeu-se a necessidade de uma intervenção na metodologia utilizada, dentro do âmbito escolar, para que haja insurgência de alunos preparados para utilização consciente dos fatores da textualidade, principalmente no tocante à impressão da coerência e intertextualidade, durante o processo de desenvolvimento de textos dissertativo-argumentativos. A carência dos alunos do ensino médio, de forma reservada, reflete a ausência de motivação durante a *práxis* pedagógica no ensino da linguagem aplicada voltada para o interesse de produção textual. Esta prática, por sua vez, possui estreita relação com a própria formação do professor de língua portuguesa durante sua vida acadêmica e reflete a maneira de como a textualidade e seus fatores foram inseridos na construção do profissional de letras.

A leitura de mundo que cada aluno alberga em si mesmo, oriunda de seu convívio sociocultural, é muito vasta; desta feita, ele pode usar intertextualidade na prática da sua oralidade cotidiana. Entretanto, ao partirmos para a sua formação educacional, torna-se imprescindível valer o papel da escola quanto formadora de cidadãos com posicionamento crítico, aptos a argumentar e lutar por seus direitos. E nesta perspectiva, saber se expressar de forma inteligível na escrita através da tessitura textual coerente, que tenha a intertextualidade como base na fundamentação de seus argumentos, se torna um critério fundamental.

Várias são as infrações que os alunos do ensino médio possuem em suas manifestações linguísticas no processo de produção textual. Todavia, a coerência e a intertextualidade foram os fatores mais prejudicados para a aquisição da textualidade requerida, principalmente por consequência da pouca leitura ou pela realização de leituras rasas por parte do aluno. Entretanto, essas infrações podem ser corrigidas se, forem submetidos a trabalhos realizados pelo professor, que contemplem reverter essa realidade. Trabalhos progressivos e sistemáticos dentro da *práxis* pedagógica que contribuam de forma significativa para a superação das dificuldades, encontradas durante esta pesquisa, e expressas pelos alunos na produção de textos discursivo-argumentativos no ensino médio.

Concebe-se que a pesquisa da intertextualidade é de suma importância, pois permite que o professor de língua portuguesa disponha dos conceitos, fundamentos e aplicabilidade deste fator de textualidade em sua *práxis* pedagógica, de forma a despertar interesse dos alunos tanto na leitura quanto a produção textual. Esse conhecimento possibilita ao professor

uma compreensão da escrita dos seus alunos, uma vez que o texto produzido por estes é resultado de ideias diversas, que se originaram a partir de outros textos. Efetivamente, o ensino de leitura e escrita deve levar em conta a intertextualidade, o jogo de sentido que se estabelece quando se escreve especialmente em contextos avaliativos como é caso do ENEM, ou seja, o aluno escreve com a finalidade de mostrar à banca avaliadora que tem competência para chegar ao ensino superior, que sabe dialogar com diferentes textos. Ao explorar a intertextualidade nas aulas, o professor possibilita ao aluno construir o seu texto, sem apelar ao plágio, expressando suas ideias da melhor forma possível e mostrando estar preparado para o pleno exercício de sua cidadania.

Para que o resultado desta pesquisa sirva de ponto de partida para uma mudança tanto na *práxis* pedagógica do professor de língua portuguesa em sala de aula, quanto para os alunos do ensino médio, principalmente do terceiro ano, frente a uma nova perspectiva para quebra de paradigmas educacionais que visem a retomada do texto como uma unidade de sentido; torna-se imprescindível o retorno à escola campo para o repasse dos resultados obtidos neste trabalho em forma de palestras ou de mesas redondas, envolvendo a direção escolar, professores e alunos. O que de fato será realizado em um quarto momento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Lutar com palavras: coesão e coerência**. São Paulo: Parábola, 2005.

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação linguística no Brasil. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 5, n. 1, p. 63-81, 2005.

BARBOSA, Mirella Silva. ANTUNES, Irandé. Análise de textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. **Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 50, p. 215-217, 2016.

BARCELLOS, Renata da Silva de. **A intertextualidade e o ensino de língua portuguesa**. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno09-02.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BEAUGRANDE, R. de & DRESSLER, W. U. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1981.

COROA, Maria Luiza. O Texto Dissertativo-Argumentativo. In: GARCEZ, L. H. do C., e CORRÊA, V. R. **Textos Dissertativos-Argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores**. Brasília: INEP, 2017. P. 59-72.

DISARÓ, Vilma Plath. O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense. Cadernos PDE, Volume I. **Curitiba: Secretaria de Educação do Estado do Paraná**, 2009.

GUIA DE ESTUDOS DE METODOLOGIA CIENTIFICA. Disponível em: <http://facmais.edu.br/portalmais/pdf/ead/TIPOS%20DE%20LEITURA.pdf>. Acesso em 13 jun. 2018.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1997.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semianálise**. Tradução de Lúcia Helena França Ferraz. 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais no ensino de língua. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 146-224.

MARTINS, Rosemari Lorenz; PINTO, Cíntia de Moura. Coesão e coerência em produções textuais de universitários. **Confluência**, v. 2, n. 53, p. 212-240, 2017.

MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva et al. **Condições espaciais, materiais, temporais e pessoais para o estudo, segundo depoimentos de alunos e professores de cursos de graduação da UNICAMP**. 1992.

MESERANI, S. **O intertexto escolar: sobre leitura, aula e redação**. 5. ed. São Paulo: Cortez 2008. 174 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Que gramática estudar na escola?: Norma e uso na Língua Portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2003.

NETO, João Cabral de Melo. **A Inspiração e o Trabalho de Arte. Obra Completa. S. l.: s. n.**, 1995.

SASSERON, Lúcia Helena; DE CARVALHO, Ana Maria Pessoa. Almejando a alfabetização científica no ensino fundamental: a proposição e a procura de indicadores do processo. **Investigações em ensino de ciências**, v. 13, n. 3, p. 333-352, 2016.

SILVA, Maurício da. **Repensando a leitura na escola: um outro mosaico**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2002.

SILVA, Roberto da Cláudio Bento da. Coerência e coesão nos textos argumentativos dos alunos do ensino médio. **Entrepalavras**, v. 7, n. 5 esp, p. 56-82, 2017.

SIMON, Maria Lúcia Mexias. A construção do texto: coesão e coerência textuais conceito de tópico. **I Simpósio de Estudos Filológicos e Lingüísticos: CiFEFiL**, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Letramento e conhecimento linguístico. **Letras & Letras**, v. 31, n. 3, p. 158-172, 2015.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e Textualidade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VARELA, Bartolomeu Lopes. **Missão e desafios da universidade do século XXI – da claustrofobia à responsabilidade social da academia: uma perspectiva cruzada com as opções fundamentais do direito educacional brasileiro**. 2015.

ANEXO

ANEXO A – Proposta da redação do ENEM do ano de 2005, imagem extraída da prova amarela.

ENEM 2005

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Leia com atenção os seguintes textos:



(O Globo, Megazine, 11/05/2004.)

“A crueldade do trabalho infantil é um pecado social grave em nosso País. A dignidade de milhões de crianças brasileiras está sendo roubada diante do desrespeito aos direitos humanos fundamentais que não lhes são reconhecidos: por culpa do poder público, quando não atua de forma prioritária e efetiva, e por culpa da família e da sociedade, quando se omitem diante do problema ou quando simplesmente o ignoram em decorrência da postura individualista que caracteriza os regimes sociais e políticos do capitalismo contemporâneo, sem pátria e sem conteúdo ético.”

(Xisto T. de Medeiros Neto. A crueldade do trabalho infantil. *Diário de Natal*. 21/10/2000.)

“Submetidas aos constrangimentos da miséria e da falta de alternativas de integração social, as famílias optam por preservar a integridade moral dos filhos, inculcando-lhes valores, tais como a dignidade, a honestidade e a honra do trabalhador. Há um investimento no caráter moralizador e disciplinador do trabalho, como tentativa de evitar que os filhos se incorporem aos grupos de jovens marginais e delinquentes, ameaça que parece estar cada vez mais próxima das portas das casas.”

(Joel B. Marin. O trabalho infantil na agricultura moderna. www.proec.ufg.br.)

“Art. 4º. – É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.”

(Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.)

Com base nas idéias presentes nos textos acima, redija uma dissertação sobre o tema:

O trabalho infantil na realidade brasileira.

Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos e as reflexões feitas ao longo de sua formação. Selecione, organize e relacione argumentos, fatos e opiniões para defender seu ponto de vista e suas propostas, sem ferir os direitos humanos.

Observações:

- Seu texto deve ser escrito na modalidade padrão da língua portuguesa.
- O texto **não** deve ser escrito em forma de poema (versos) ou narração.
- O texto deve ter, no mínimo, 15 (quinze) linhas escritas.
- A redação deve ser desenvolvida na folha própria e apresentada a tinta.
- O rascunho pode ser feito na última folha deste Caderno.